
La clasificación archivística: aspectos teóricos e su constitución

A classificação arquivística: aspectos teóricos de sua constituição
Archival Science Classification: theoretical aspects of its constitution

Thiago Henrique Bragato BARROS (1), João Batista Ernesto de MORAES (2)

(1) Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil, Marília – São Paulo, Av. Higyno Muzzi Filho, 737, CEP: 17525-900
sean.vogel@gmail.com, (2) jota@marilia.unesp.br.

Resumen

La clasificación es una actividad fundamental para la organización y gestión de los fondos archivísticos, ya que que sustenta las prioridades para la descripción y sienta las bases para los procedimientos de evaluación documental. El artículo pretende, a través de las obras fundamentales para el desarrollo teórico y metodológico de la Archivística, caracterizar los antecedentes históricos y la idea conceptual de la clasificación. Tiene como objetivo principal responder a algunas preguntas acerca de la expansión de su importancia durante el desarrollo de su teoría y su uso en la actualidad. También se busca caracterizar una historiografía del desarrollo de la Archivística como una disciplina en el espacio y el tiempo basado en el concepto de clasificación, toda vez que la clasificación fue una de las primeras actividades en ser teorizadas.

Palabras clave: Clasificación. Teoría archivística. Historia de la archivística.

1. Introdução

A Arquivística como outras dentre as ciências humanas e sociais, possui uma construção teórica bastante recente, devido, em grande parte, por estar relacionada a uma prática profissional bastante específica – a organização e gestão de arquivos – e neste sentido são necessárias revisões teóricas e modifiquem e ampliem suas formas de abordagem.

O desenvolvimento desta disciplina alia-se e é refém de seu próprio tempo, ou seja, o contexto histórico-social atua ativamente na construção de seu corpus teórico.

Busca-se neste artigo traçar o percurso histórico e conceitual da Arquivística por meio da análise de alguns autores que marcaram o desenvolvimento da Arquivística e especialmente a enunciação e cristalização da noção de classificação e os princípios relacionados a esta atividade, ou seja, a proveniência e a ordem original.

Abstract

Classification is a fundamental activity for the organization and management of archival document collection, as it is from this function that are based the priorities for the description and the bases for appraisal procedures. This article seeks through the fundamental works to the theoretical and methodological development of the Archival Science characterizes the historical and conceptual background from the classification notion. This article aims to answering some questions about the expansion of its importance during the development of its theory and its use on today. Is also sought to characterize the history of the Archival Science as a discipline since the classification was one of the first activities to be theorized

Key-Words: Classification. Archival Science History. Archival Science Theory.

Portanto, este trabalho fixa-se no aporte conceitual da classificação, uma vez que, a área da Arquivística carece de sistematizações a respeito de sua teoria visando ao aprofundamento em relação a sua história e em suas concepções.

Assim, discussões de ordem teórica são fundamentais para o amadurecimento da disciplina, visando a suprir lacunas históricas e epistemológicas.

É só por meio da construção e fundamentação teórica que essa disciplina, poderá permanecer no futuro como campo de atuação profissional e acadêmica.

Atualmente, a área passa por profunda transformação no campo teórico devido às publicações de uma série de autores das correntes anglo-saxônicas, que aproximam a Arquivística dos métodos de compreensão e estudo, próprio das ciências humanas, como os autores Terry Cook e Brien Brothman; autores que buscam circunscrever o campo de atuação da disciplina,

como Carol Couture e Jean-Yves Rousseau; e de autores que se apóiam na classificação funcional como subsídio para a organização dos arquivos modernos dentre eles, Laura Millar e Chris Hurley.

Portanto, pretende-se com este artigo além do apresentar um percurso histórico da noção de classificação e seus princípios relacionados, contribuir para a revisão e amadurecimento conceitual da disciplina Arquivística.

2. O desenvolvimento inicial da Arquivística

A história da Arquivística está muito ligada ao aparecimento dos arquivos institucionalizados. Pode-se afirmar que já existiam práticas arquivísticas antes da institucionalização propriamente dita, porém, é precipitado dizer que a mesma já existia antes da Revolução Francesa, pois é a partir desta que se criam os Arquivos Nacionais, e a Arquivística começa a ser pensada.

É possível dividir a teoria Arquivística em dois momentos bem marcados: o primeiro perpassa séculos de história, a ascensão e queda de civilizações anteriores ao desenvolvimento dos princípios da proveniência e ordem original; o segundo, mais recente, é o início da estruturação dos princípios arquivísticos.

A esse respeito, Cook, faz a seguinte ponderação (1997, p. 18, tradução nossa):

[...] Desde tempos antigos, aqueles no poder decidiram quem era permitido falar e aqueles que eram forçados a silenciar-se, em ambos, na vida pública e nos arquivos.

Baseando-se nesta acepção, deve-se sempre ter em mente que o arquivo é acima de tudo uma instituição reguladora e legitimadora do poder e os profissionais que atuavam e atuam nessas instituições são responsáveis por essa legitimidade. A instituição arquivo ao longo dos séculos caminhou entre o dito e o não dito.

No entanto, uma afirmação que se pode fazer é de que a Arquivística deve todo o seu desenvolvimento inicial à institucionalização dos Arquivos Nacionais no século XVIII.

A Revolução Francesa foi parte de uma mudança profunda na sociedade ocidental, visto que o antigo regime colonial e monárquico foi sendo substituído, a partir do aparecimento de um movimento que buscavam autonomia.

Com a criação dos Arquivos Nacionais, começa-se a busca por métodos e ferramentas para a organização dos arquivos, já que, a partir do início do século XIX, além das mudanças já

apontadas, esses começam a servir de fonte para historiadores.

Essas mudanças são evidentemente fruto do desenvolvimento da historiografia e das ciências, já que, em sentido lato, pode-se dizer que os arquivos, entre outras instituições, são responsáveis por dar poder às pessoas para gerar sentido e, a partir desse, gerar identidades que se relacionam com o mundo. (Brothman, 1999).

A centralização dos documentos em Arquivos Nacionais, como na França e em outros países como a Rússia, Áustria e Holanda contribuíram para uma desarticulação dos sistemas tradicionais de arquivo. Na França, a concentração de toda a documentação do Império, inclusive dos países dominados por Napoleão, ocasionou uma acumulação sem precedentes no Arquivo nacional.

A fim de resolver os problemas ocasionados pelo acúmulo de documentos nos Arquivos Franceses e pela desordem causada pela classificação temática, é promulgado em 1841 o *princípio da proveniência* (ou *respect des fonds*) que basicamente, é o princípio que se estrutura a classificação arquivística.

A prática Arquivística e a própria teoria dos arquivos têm seu ponto alto no fim do século XIX, com a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses.

Esse manual é responsável por reunir confluência de enunciados postulados anteriormente, sintetizados nessa publicação. Sua importância é consenso na área, já que foi o primeiro, atingindo arquivistas canadenses, brasileiros, espanhóis, portugueses, etc. até os dias atuais

Como apontam Ketelaar, Horsman & Thomasen em seu artigo publicado devido ao centenário do manual holandês:

O manual de arranjo de descrição de arquivos (1898) é geralmente referenciado como o ponto inicial da teoria Arquivística e de sua metodologia (2003, p. 249, tradução nossa).

Outras obras foram fundamentais para o amadurecimento da disciplina arquivística o manual de Jenkinson, os princípios de avaliação de Schellenberg entre outros e pela construção da noção de classificação, contudo ela só pode ser pensada a partir deste manual, ali se encontra as premissas básicas da Arquivística.

O percurso da noção de classificação confunde-se com a própria história da arquivística, uma vez que, a classificação é uma das primeiras atividades de organização de arquivos a ser

teorizada e como foi exposto pertence, portanto, ao núcleo da disciplina.

3. O percurso histórico da noção de Classificação

3.1. O início da classificação: Samuel Muller, Johan Adriaan Feith e R. Fruin

A classificação em arquivística tem como princípio norteador básico o princípio do *respect des fonds* princípio promulgado no século XIX, como Sousa (2003, p. 121) coloca:

O aparecimento do princípio de respeito aos fundos foi o fator desencadeador de uma profunda mudança na disciplina Arquivística e no instrumental teórico-metodológico.

Este princípio fundamenta a compreensão da instituição arquivo e de sua organização.

No manual holandês, este princípio é encarado como o conceito constituinte do arranjo e descrição dos documentos.

No início do desenvolvimento da classificação confunde-se com a ordenação, que consiste atualmente na parte prática da aplicação do plano de classificação, ou seja, o método de arquivamento escolhido baseado em um plano de classificação.

Este conceito de *respect des fonds* na época da publicação do manual holandês já se encontrava bastante presente no cenário dos arquivos Europeus. Os autores Samuel Muller, Johan Adriaan Feith e R. Fruin (1973, p. 44) justificam tal decisão de maneira interessante, no âmbito da classificação:

Dois métodos se oferecem à nossa atenção. O primeiro adota vários cabeçalhos arbitrariamente determinados (por exemplo, Órgão administrativo, Finanças, Assistência, etc.), correspondentes aos que, via de regra, aparecem no catálogo da biblioteca. O outro sistema, ao contrário, não fixa cabeçalhos arbitrários, mas apenas os sugeridos pelo caráter e organização do próprio arquivo, a saber, os cabeçalhos condizentes com os vários ramos do órgão administrativo que produziu este último.

Portanto, a partir da ordem original e do *respect des fonds*, modifica-se a estrutura de organização por completo da instituição Arquivística, sobrepondo às características administrativas estruturais da instituição produtora de documentos a uma classificação temática, que em determinados contextos são utilizadas até hoje em alguns países.

Dentre as justificativas encontradas pelos autores está o que, mais tarde em Jenkinson, se tornaria uma das máximas da arquivística, a

naturalidade dos documentos de arquivo (Muller, Feith e Fruin, 1973, p. 47):

A organização original de um arquivo deve corresponder naturalmente, nas suas linhas principais, à antiga estrutura da entidade administrativa que o produziu. Isso dispensa demonstração. A antiga organização não se formou arbitrariamente, não resultou do acaso, mas é a consequência lógica do modo por que se constituiu a unidade administrativa, de cujas funções o arquivo é o resultado. Esse órgão construiu, por assim dizer, o seu arquivo e, ao fazê-lo, tomou em consideração a sua própria constituição em necessidades.

No caso, para os autores, esta naturalidade é uma justificativa para a manutenção da ordem original, uma vez que o arquivo não se formou de maneira arbitrária e possui sentido em si mesmo.

Na atualidade, principalmente depois do desenvolvimento da avaliação e da classificação funcional, esta linha de pensamento é questionada (Sabourin, 2001), contudo, este manual é um dos reflexos dos discursos produzidos na arquivística no século XIX.

3.2. A classificação em Jenkinson

A estrutura da apresentação da classificação em Jenkinson é bastante original, uma vez que o autor estabelece níveis de valor claros de importância para as duas atividades (a classificação e descrição) as primeiras atividades arquivísticas a serem teorizadas, diferente do manual holandês.

Para ele, a classificação é entendida da seguinte maneira (Jenkinson, 1922, p. 81, tradução nossa):

A classificação divide-se em duas partes: a primeira estuda a Administração da instituição, sua história e organização; o segundo divide os Arquivos em classes e suas subdivisões.

Para o autor, a classificação é dividida em duas fases: uma relacionada com o estudo do contexto, e outra, com o estabelecimento das classes. Jenkinson é o primeiro a estabelecer a classificação como tal.

Segundo o autor, sobre a primeira fase, o estudo do órgão produtor dos documentos, é possível estabelecer-se a partir dos próprios documentos e, na segunda fase, é estabelecer as classes baseadas em sua ordem original.

Assim como no manual holandês, a ordem original é sua base constituinte, como é possível perceber no seguinte período na acepção a seguir (Jenkinson, 1922, p. 80, tradução nossa):

Se pela história e evolução da transmissão dos arquivos fomos capazes de compreender qualquer coisa, nos devemos deixar claro que a única base correta para o arranjo é a exposição dos objetos administrativos que o arquivo originalmente serviu.

A maneira pela qual ele compreendida a classificação está bastante relacionada àquela promulgada no manual holandês, uma vez que teve contato com a tradução francesa do livro.

O autor dá a mesma importância para os conceitos de ordem original e respeito aos fundos, mas com a diferença do emprego do termo proveniência para significar a mesma coisa. Jenkinson (1922, p. 82, tradução nossa) compreendia a noção de fundo da seguinte maneira:

O fundo é o chefe da Unidade de Arquivo no sistema Continental e a bases de todas as regras de classificação. O mais importante de todos os princípios da Organização de Arquivos é nomeado como *le respect pour les fonds*

Jenkinson cria uma nova terminologia para a classe do fundo, conceito que foi pensado na França e trabalhado no manual holandês, trata-se do grupo de arquivo, que ele coloca nos seguintes termos (1922, p. 85, tradução e grifo nossa):

O grupo de arquivo é definido como os Arquivos resultantes do trabalho de uma administração que foi um todo orgânico, completo em si mesmo, capaz de ser lidado independentemente, sem nada ser inserido ou uma autoridade externa, com qualquer lado de qualquer negócio que estão representados em seu conteúdo. Deve ser dito que isto faz o Grupo de Arquivo uma divisão muito mais ampla e muito menos rígida do que os Fundos

A Arquivística atinge em Jenkinson o status pleno de uma disciplina positiva, natural e neutra que estabelece seus princípios e valores por meio de si mesma, isto é, na separação entre o pesquisador/autor e sua obra: esta, em vez de mostrar as opiniões e julgamentos de seu criador, retrataria de forma neutra e clara uma dada realidade a partir de seus fatos, mas sem os analisar. Jenkinson acredita que o conhecimento se explica por si mesmo, e resume suas aceções sobre a classificação da seguinte maneira (Jenkinson, 1922, p. 94, tradução nossa):

Todos os arquivos em um depósito são divididos em fundos ou grupos de arquivo, dentro de um grupo de arquivo pode-se ter divisões ou subgrupos, estes são descritos através das funções administrativas que os produziram estas funções sendo usadas como Guias Gerais para as classes de documentos, as classes em si mesmas consistem em séries de Arquivos representado a ordem original.

As divisões das classes tornam-se mais claras na obra de Jenkinson. Devido às características dos documentos que foram produzidos em sua época, era necessário refinar o arranjo dos documentos para serem encontrados.

As idéias de Jenkinson podem ser compreendidas como uma ampliação do que foi colocado no manual Holandês, pela própria relação que estabelece com o mesmo, outro ponto alto da classificação arquivística, é a obra de Schellenberg.

3.3. O desenvolvimento da classificação

O termo proveniência já estava sendo difundido por toda Europa, partido do seu emprego por arquivistas alemães.

Schellenberg é um dos primeiros a separar a classificação e o arranjo. Observe-se que anteriormente não existia uma diferença entre estas funções, e o uso mais corrente era do termo arranjo para designar coisas, que para a Arquivística americana depois de década de 1950, são diferentes.

Eastwood (2000, p. 93, tradução nossa) faz uma ponderação fundamental a respeito deste problema terminológico:

A escolha da palavra “arranjo” como nome deste processo é infeliz. Denota colocar coisas de um modo aceitável, um uma ordem conveniente, e como arranjar livros em uma prateleira. A palavra classificação não é mais satisfatória, neste caso denota o arranjo ou a ordenação de coisas por classes e é um termo melhor reservado na Arquivística para o processo de organizar documentos ativos.

A partir desta citação é possível perceber a quantidade de problemas terminológicos e conceituais que foram criados a partir da década de 1950, até certo ponto, um dos grandes responsáveis é Schellenberg.

Contudo, na atualidade, é possível encontrar autores que coloca o arranjo e a classificação como sinônimos ou como coisas diferentes – tudo depende do ponto que o sujeito coloca-se dentro da teoria arquivística.

Esta separação acontece porque começa uma divisão entre as atividades típicas dos arquivos administrativos contemporâneos e os arquivos histórico-culturais, principalmente nos Estados Unidos.

A classificação estaria para Schellenberg relacionada com os arquivos administrativos e o arranjo para os arquivos históricos.

Schellenberg, conjuntamente com Ernest Posner, um dos primeiros a estabelecer a classificação funcional, ou seja, a classificação basea-

da no conjunto de atividades e funções de uma instituição. Para os autores, a classificação deve refletir o conjunto de atividades e não mais apenas a estrutura do órgão, como se pode ver na seguinte citação Schellenberg (2003, p. 58, tradução nossa):

Na criação de um esquema de classificação para documentos oficiais então, a função, tomada no sentido anteriormente definido, deve ser levada em consideração, dividindo-se os documentos sucessivamente em classes e subclasses. As maiores classes ou classes principais podem ser criadas tomando-se por base as maiores funções do órgão; as classes secundárias, as atividades e as classes mais detalhadas compreendem uma ou mais unidades de arquivamento, criadas em função de atos relativos a pessoas, entidades, lugares ou assuntos.

A classificação moldada nestes parâmetros é utilizada até a atualidade, por refletir as características que muitas vezes não podem ser encontradas nos estudos da estrutura de uma instituição.

Schellenberg esclarece que, neste momento, a produção de documentos e a complexidade das instituições é tão grande, que só é possível o uso de um esquema de classificação unicamente estrutural se a administração for estável, caso contrário, o esquema de classificação não iria representar a prática administrativa, dificultado a avaliação e destinação dos documentos, bem como sua organização.

A cisão conceitual e profissional que se inicia na década de 1950 gera uma série de dificuldades para separar a classificação e o arranjo. Para Schellenberg, são ações distintas, uma relacionada com uma única agência governamental e funcionando como um parâmetro de organização gerencial visando a auxiliar a administração – a classificação. Já o arranjo é uma função relacionada com os arquivos semi-ativos e inativos, que provêm de uma série de agências formando grandes grupos de arquivos e é regida pelos princípios da proveniência e ordem original.

Como Schellenberg afirma (2003, p. 169, tradução nossa):

Os princípios de arranjo que são aplicados nas instituições diferentes daqueles aplicados nas agências governamentais de várias maneiras. O arquivista não está apenas preocupado como o arranjo de documentos de uma agência articular, como um *record officer* (1). Ele está preocupado em arranjar todos os documentos sob sua custódia, que podem pertencer a muitas agências, muitas subdivisões administrativas, e muita documentação pessoal. Ele arranja seus documentos para uso corrente e não corrente; e ele os arranja com certos

princípios básicos, não de acordo com princípios de classificação predeterminados ou formulários.

É possível, então, perceber a diferença entre a classificação e o arranjo na obra de Schellenberg, a classificação é gerencial e localizada, já o arranjo é geral e seu objeto final é o uso social e seu princípio norteador não são as atividades e funções administrativas, mas é a relação que os documentos possuem entre si.

Sobre os níveis de arranjo, que refletem até certo ponto na prática de classificação, foram definidos anos mais tarde, baseados na obra de Schellenberg.

3.4. A classificação na atualidade: noções fundamentais.

Diferente dos períodos descritos anteriormente, a Arquivística começa, a partir da década de 1980, a contar internacionalmente com certa estrutura de instituições formadoras de Arquivistas que leva ao a formação de estruturas para fomentar o desenvolvimento teórico.

Isto corre principalmente na América do Norte e na Europa e começa a surgir uma série de livros, artigos, periódicos que levam a uma ampliação da teoria arquivística. É, portanto, outro momento da Arquivística e dos arquivos.

A classificação começa a ser entendida como uma atividade que possui dois momentos complementares: primeiramente, a classificação, no que diz respeito aos fundos, e um segundo momento que relaciona as séries e itens documentais (Heredia, 1995).

O ato de classificar é entendido para esta autora (Heredia, 1995) como o processo intelectual de dividir os conjuntos documentais a partir ou de regras da estrutura administrativa do fundo, ou pelos tipos/funções existentes. Já a ordenação é entendida como uma atividade fim desse processo intelectual, de ordenar as caixas dentro de uma ordem alfabética, numérica, etc., sendo este modo de compreender a classificação que influenciou bastante a formação do conceito de classificação brasileiro.

Toda esta mudança é fruto do desenvolvimento da avaliação enquanto atividade fundamental dos arquivos.

Dentre outras mudanças mais recentes no cenário teórico da classificação, é a maneira pela qual os canadenses e australianos a compreendem, baseando-se no processo de avaliação e da análise funcional (Couture, 2005).

Baseados em uma visão integrada da Arquivística, a classificação é compreendida como parte de um processo.

Autores como Russeau e Couture (1998) compreendem que a classificação não é uma atividade separada, enquanto conceito complementar as noções de fundo e proveniência, ela é compreendida como parte de um processo que envolve a classificação, a descrição, a avaliação e o uso dos documentos. As atividades classificatórias não se distanciam da descrição, justificável pelo discurso integrador defendido pela arquivística quebequense.

Existe, no caso, uma separação entre os instrumentos de gestão documental, relacionados diretamente a classificação, avaliação e controle dos documentos, e os instrumentos de descrição documental são encaradas como atividades complementares e interligadas.

Existe, na atualidade, uma série de autores que questionam os procedimentos classificatórios apresentados nos três clássicos e a ampliação ocorrida na obra de Russeau e Couture. Dentre eles destacam as importantes contribuições de Laura Millar (2002), Terry Cook (2004, 2005), Brien Brothman (1999, 2006) e Chris Hurley (1995a, 1995b, 1998, 2000) ressaltando as mudanças provocadas pela descrição automatizada, avaliação dos arquivos e a análise funcional. Todas essas alterações provocam uma ruptura em relação ao entendimento da proveniência e sua diferença em relação ao respeito aos fundos, incidindo diretamente nos processos de classificação.

Para Millar, por exemplo, esta mudança de cenário pode ser percebida na seguinte citação (Millar, 2002, p. 6, tradução nossa):

[...] Os Fundos implicam uma completude, uma totalidade. Eu diria que nenhum arquivo tem, nunca terá ou já teve “todos os arquivos” de uma agência criadora. Os documentos são destruídos, perdidos, ou modificados antes mesmo de chegarem aos depósitos. Quando estão sob custódia eles podem ser selecionados e destruídos. Arquivistas não apenas fazem a gestão dos arquivos, eles decidem o que irá permanecer e o que será removido através do processo de avaliação. Os arquivistas organizam o resíduo, não a totalidade [...]

Essa nova visão a respeito do conceito de fundo, substituído pelo conceito de proveniência tem provocado mudanças na compreensão do conceito e do processo de classificação, por exemplo, à medida que os documentos não possuem uma materialidade física, a reconfiguração funcional das instituições e a verticalização administrativa, provocando uma nova maneira de compreender e fazer a classificação.

Esta nova maneira de compreensão baseia-se, principalmente de uma compreensão mais elástica do conceito de proveniência como é possí-

vel perceber nos textos de Hurley (1995a, p. 2, tradução nossa) um dos autores importantes neste contexto:

O contexto inclui tanto os dados transportados pelo registro e os conhecimentos trazidos pelo usuário para o registro. O conhecimento contextual forja esta ligação e é a base do entendimento. [...] Como os registros relacionam-se com seu tempo os metadados devem ser verificados dentro de um contexto que é atual e histórico.

Portanto a proveniência não é entendida de maneira restrita como nas obras analisadas anteriormente, ela pode significar coisas diferentes dependendo do contexto em que os documentos se inserem, a instituição e seus usuários.

Hurley (1995a, p. 10, tradução nossa) complementa este pensamento discorrendo a respeito de seu entendimento das funções:

As próprias funções têm uma história e características independentes da instituição que está sendo descrita.

Deste modo, a proveniência é entendida em uma relação entre o ambiente e o seu corpo funcional levando ao estabelecimento de uma classificação mais gerencial que atende as demandas da atualidade.

Outra mudança recente, importante para o atual cenário da classificação, é a publicação da norma ISO (ISO/TR 26122) que normaliza alguns dos aspectos administrativos nas organizações que refletem no desenvolvimento dos planos de classificação.

O percurso da noção de classificação permeia todo o desenvolvimento teórico e metodológico da Arquivística.

É possível por meio desta noção não só compreendê-la, mas também como se deu o processo de desenvolvimento da teoria Arquivística e como este processo esteve e está relacionado com o período com seu contexto histórico.

4. Considerações finais

Buscou-se neste artigo apresentar e conceituar a noção de classificação ao logo do desenvolvimento da Arquivística.

Passando de uma atividade de apoio para a pesquisa histórica para uma atividade gerencial no âmbito prático e teórico, fundamental não só para a organização dos arquivos, mas também, como apoio para a gestão de documentos nas instituições públicas e privadas.

O uso dos princípios de respeito aos fundos e ordem original, foram sem dúvida um avanço para a classificação e organização dos arquivos,

mas atualmente, a classificação tem seu ponto fundamental nos planos de classificação funcionais.

Optou-se por traçar o percurso deste conceito por meio de algumas obras que foram e são fundamentais para o desenvolvimento da disciplina, visando com isso, construir um importante panorama não só sobre o conceito de classificação, mas também sobre a disciplina Arquivística em si.

A Arquivística encontra-se hoje permeada por uma série de mudanças em seu núcleo, relacionada muitas vezes aos documentos eletrônico-digitais, os arquivistas precisam estar seguros de sua posição na sociedade, entender os processos que influenciam a natureza, as funções, os valores dos arquivos.

Este artigo buscou neste sentido buscar estabelecer subsídios para o desenvolvimento teórico e o aprofundamento do uso da classificação Arquivística como ferramenta gerencial nas instituições.

5. Notas

- 1) Optou-se neste trabalho por manter o termo em inglês uma vez que não se encontra termo semelhante em português.

6. Referências

- Brothman, Brien (1999). Declining Derrida: Integrity, tenses and the preservation of archives from deconstruction. // *Archivaria* 48 (Fall, 1999) 64-85.
- Brothman, Brien (2006) Archives, life cycles, and death wishes: a helical model of record formation. // *Archivaria* 61(spring, 2006) 235-269.
- Cook, Terry (2004) Macro-appraisal and functional Analysis: documenting governance rather than government. // *Journal of the Society of Archivists* 25 (Spring, 2004) 5-18.
- Cook, Terry (2005) Macroappraisal in theory and practice: origins, characteristics, and implementation in Canada, 1950-2000. // *Archival Science* 5, (2005) 101-161.
- Cook, Terry. (1997) What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. // *Archivaria* 43 (Spring, 1997) 18-63.
- Couture, Carol (2005) Taking stock: the evolution of archival Science in québec. // *Archivaria* 59 (Spring, 2005) 27-39.
- Couture, Carol; Rousseau, Jean-Yves (1982). *Les archives aux XX siècle: une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche*. Montréal: Université de Montréal, 1982.
- Couture, Carol; Rousseau, Jean-Yves (1998). *Fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- Eastwood, Terry.(2000) Putting the parts of the whole together: systematic arrangement of archives. // *Archivaria* 50 (Fall, 2000) 93-116.
- Heredia, Antonia Herrera (1995). *Arquivística General: teoría y práctica*. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1995.
- Horsman, Peter; Ketellar, Eric & Thomassen Theo (2003). New respect for the old order: the context of the dutch manual. // *American Archivist*. 66 (Winter/Spring, 2003) 249-270.
- Hurley, Chris (1995a) Ambient Functions: Abandoned Children to Zoos. // *Archivaria*. 40 (Fall 1995) 21-39.
- Hurley, Chris (1995b) Problems with Provenance. // *Archives and Manuscripts*. 23 (1995) 234-259.
- Hurley, Chris (1998) The Making and Keeping of Records: (1) What are Finding Aids For?. // *Archives and Manuscripts*. 21(1998) 58-77.
- Hurley, Chris (2000) The Making and Keeping of Records: (2) The Tyranny of Listing. // *Archives and Manuscripts*. 28 (2000) 8-23.
- Jekinson, Hillay (1922). *A manual of archive administration: including the problems of war archives and archive making*. Oxford: The Clarendon Press, 1922.
- Jekinson, Hillay (1980). *Selected writings of Sir Hilary Jenkinson*. Gloucester: Alan Sutton, 1980.
- Ketelaar Eric. *Archival theory and the Dutch Manual*. // *Archivaria*. 41 (Spring, 1996) 31-40.
- Millar, Laura. (2002) The Death of the Fonds and the Resurrection of Provenance: Archival Context in Space and Time. // *Archivaria* 53 (Spring, 2002) 1-15.
- Sabourin, Paul (2001). Constructing a Function-Based Records Classification System: Business Activity Structure Classification System. // *Archivaria*. 51 (Spring, 2001) 137-154.
- Muller, Samuel, Feith, Johan Adriaan & Fruin, R. Fruin (1975). *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.
- Schellenberg, Theodore Roosevelt (2002). *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- Schellenberg, Theodore Roosevelt (2003). *Modern Archives: principles & techniques*. Chicago: Society of American Archivists, 2003.
- Sousa, Renato Tarcisio Barbosa de (2003). Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. // Rodrigues, Georgete Medleg; Lopes, Ilza L. *Organização e Representação do Conhecimento*. Brasília: Thesaurus, 2003. 240-269.

Recibido: 2010-04-13. Revisado: 2010-06-28. Aceptado: 2010-07-08.

